

“EMPREENDEDORISMO” BILIONÁRIO, A FACE REAL DA “INOVAÇÃO” NA USP

Pedro Estevam da Rocha Pomar¹ e Paulo Hebmüller²

Daniel Garcia



Fachada da agência que elaborou a “Política de Inovação” da USP (Resolução 8.152/2021)

Em 2023, os cursos pagos e projetos de assessoria oferecidos por docentes da USP por meio de fundações privadas “de apoio” e organizações similares geraram uma receita total de R\$ 514 milhões. Nos últimos cinco anos, esse mercado privado rendeu mais de R\$ 1,9 bilhão. Seus participantes amealharam 90% desse montante, e a USP 10%. Esta é a universidade que introduziu no estatuto, como “quarto pilar” em inusitada ampliação do tripé ensino-pesquisa-extensão, os gêmeos “inovação-empendedorismo”, e que inclui empresários nas bancas que selecionam bolsistas para o exterior

Nos últimos dez anos, a Universidade de São Paulo foi submetida por sucessivas gestões reitorais a uma intensa e ampla remodelação, que fez dela uma espécie de “campo de provas” do projeto neoliberal. Historicamente, o papel precursor na ofensiva neoliberal sobre a USP coube às fundações privadas autoproclamadas “de apoio”, que surgiram já nas décadas de 1960 (Vanzolini) e 1970 (FIPE, ou Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; Fealq, ou Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz), multiplicaram-se nas décadas de 1980 e 1990 e prosperaram com amplo apoio do PSDB no âmbito federal (governos de Fernando Henrique Cardoso) e no plano estadual.

A “flexibilização” do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), adotada em 1988 pela gestão José Goldemberg, forneceu aos pioneiros do “empreendedorismo acadêmico” o aval de que precisavam para se dedicar a rentáveis atividades privadas, ao liberar para tais fins oito horas semanais, das 40 horas que caracterizam o RDIDP. Na prática, porém, a “flexibilização” sempre funcionou como um alvará de amplo espectro, conferindo assim plena liberdade ao envolvimento de docentes, especialmente das chamadas “áreas técnicas” ou “profissionalizantes”, em atividades privadas remuneradas. Não raro em detrimento de sua dedicação à USP e ao corpo discente regular de suas unidades.

Impulsionadas pela “flexibilização” do RDIDP, praticada sem controle ou fiscalização da Reitoria; contempladas com generosos contratos sem licitação celebrados com o governo federal e

com o governo estadual; e, paralelamente, lançando-se no atraente segmento de cursos pagos do tipo *master of business administration* (“MBA”), as fundações privadas, que atualmente são trinta na USP, consolidaram-se em diferentes unidades de ensino, e estão presentes na maioria dos câmpus da capital e do interior (em Ribeirão Preto, Piracicaba, São Carlos e Bauri). Auspiciosos convênios firmados por elas com a universidade permitem que os diplomas oferecidos ao final dos cursos pagos sejam “certificados” pela USP, conferindo-lhes assim, com esse “selo”, respeitabilidade e visibilidade comercial.

Graças ao beneplácito da Reitoria, à institucionalização do conflito de interesses praticado nas unidades, à conivência de governos e do poder judiciário, sem esquecer a aquiescência da mídia comercial, essas organizações privadas criadas por docentes em posições de mando conduziram um vasto, e infelizmente exitoso, processo de mercantilização da universidade, muito antes do advento do “Marco Legal de Ciência e Tecnologia” (emenda constitucional 85/2015, lei 13.243/2016 e decreto 9.283/2018). Dirigentes e “coordenadores de projetos” dessas fundações privadas já quase não dependem dos salários a que fazem jus como docentes da USP. Muitos tornaram-se prósperos empresários, como disse à *Revista Adusp*, mais de vinte anos atrás, o professor Laercio Durval Giuzi, especialista em recursos humanos, referindo-se a seus colegas da então Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) que coordenavam projetos remunerados na Fundação Instituto de Administração (FIA), privada, on-

de ele próprio atuou, até entrar em litígio com a entidade (cardíaco, ele faleceu alguns anos depois).

Parênteses: a FIA, como já apontou a *Revista Adusp*, é um *case* de sucesso. Chegou a ter previdência própria, quase 500 funcionários e um escritório de *lobby* em Brasília. A previdência já não existe, o corpo funcional é mais enxuto, mas a fundação adquiriu ampla sede própria e criou, com o aval da gestão J.G. Rodas-Hélio Nogueira, em 2011, uma instituição de ensino superior chancelada pelo Ministério da Educação (MEC): a “Faculdade FIA de Administração e Negócios”, ou FIA Business School. Nada mal para quem era, em seus primórdios, uma “fundação de apoio à USP”. A FIA apresenta-se hoje como “entidade cooperada com a USP”, seja isso lá o que for.

As “irmãs” da FIA, que são a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e a conhecida FIPE, desdobraram-se igualmente em instituições de ensino superior, fato que desnuda cabalmente a falácia do assim chamado “apoio à USP”. A “Faculdade Fipecafi” surgiu também em 2011. A “Escola de Ensino Superior da FIPE”, por sua vez, foi credenciada no MEC em novembro de 2022. Parece metamorfose, mas, parafraseando artigo recente, “são só negócios”. Em resumo: docentes da FEA, hoje denominada Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, terminaram por constituir três instituições privadas de ensino superior. *E la nave va.*

Fechemos o parênteses. Haveria e há muito ainda que falar sobre fundações privadas ditas de apoio, mas

o que importa, por ora, é apontar seu papel fundamental no processo de privatização endógena da USP, sua atuação na condição de “pelotão precursor” da cultura mercadológica na universidade. Apesar das inúmeras distorções que provocam, porque sua natureza e agir são profundamente contraditórios com a universidade pública, as fundações privadas tornaram-se parte da institucionalidade da USP. Foram naturalizadas, num processo tipicamente neoliberal, e abriram caminho para a onda seguinte, que consiste na pregação do “empreendedorismo” e na febre do “inovacionismo”, expressão esta cunhada pelo professor Marcos Barbosa de Oliveira em seus escritos sobre o tema.

Criada em 2005, a Agência USP de Inovação (Auspín) só passou a se fazer notar na gestão M.A. Zago. Em 2018, na gestão V. Agopyan, a Auspin passou a convidar docentes para assistir a palestras risíveis, tais como “Empreendedorismo pelas lentes de Hollywood”, “Como lidar com a procrastinação”, “O que você pode fazer pela auto-estima?”

Um marco cronológico relevante na genealogia da onda do empre-

endedorismo foi a criação da Agência USP de Inovação (Auspín), já em 2005. Em 2008, a Auspin promoveu a 1ª “Olimpíada USP de Inovação”, cujo lema foi “Da ideia ao produto, da academia para o mercado”. Síntese ainda melhor do espírito auspiniano foi a propiciada pela 2ª “Olimpíada USP de Inovação”, realizada em 2011, a saber: “Faça acontecer: transforme a ciência em negócio”. A conversa principia pela inovação mas desemboca, sempre, no empreendedorismo ou na sua materialização mais sublime, que são as *startups*. Paulatinamente, ganhou espaço esse discurso de incentivo ao empreendedorismo, apresentado como uma espécie de *alter ego* da inovação.

O advento da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, em 2014, parece ter sido o estopim que conferiu maior protagonismo à Auspin. O reitor M.A. Zago tomou posse decidido a “colocar ordem na casa”, cortando gastos supostamente desnecessários, perseguindo o Hospital Universitário (HU), o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC) e as creches, mas disposto em especial a impulsionar o projeto de conversão acelerada da USP em uma universidade de mercado, adaptando-a mais e mais aos paradigmas neoliberais. Foi nesse cenário que a Auspin ganhou foros de ator institucional expressivo.

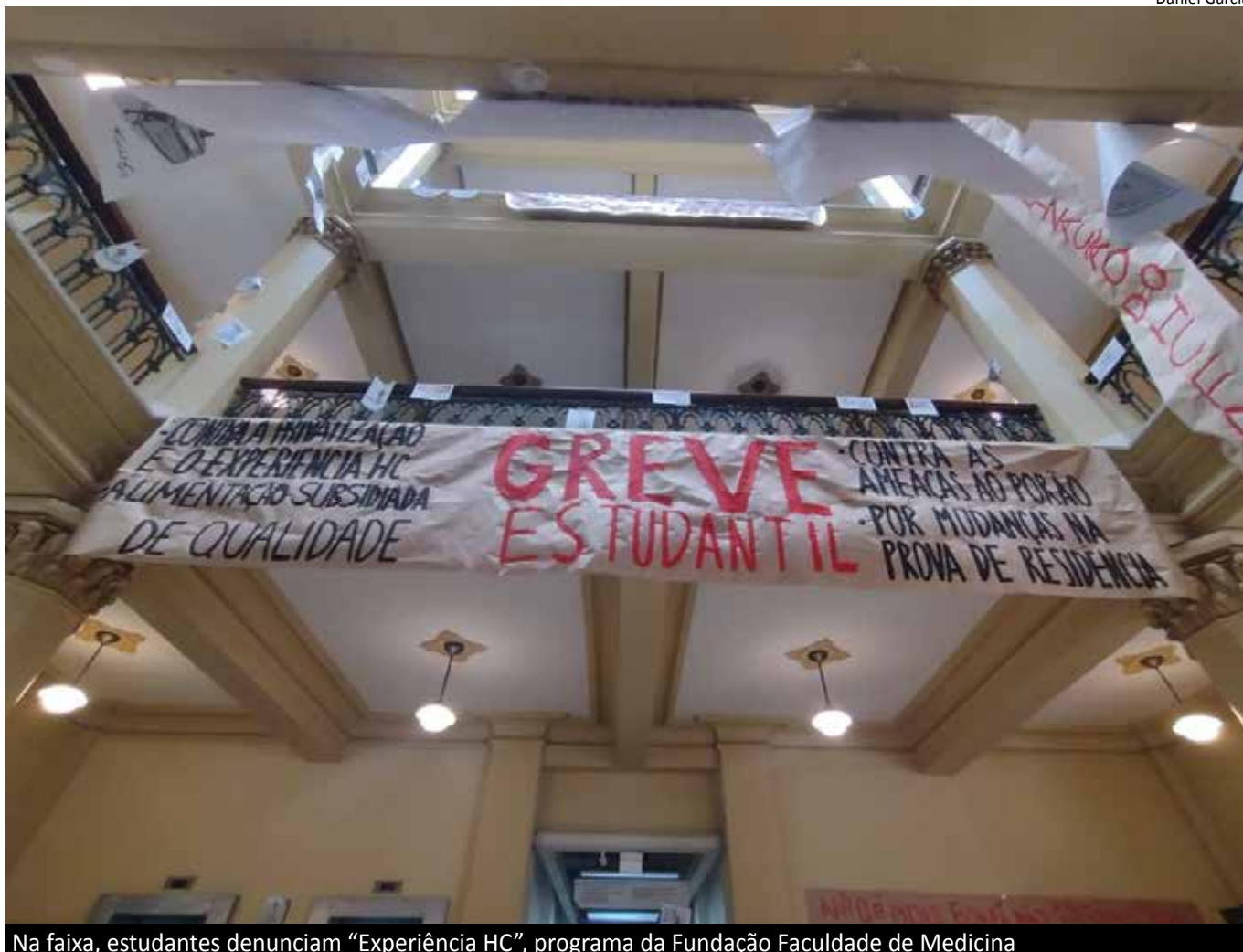
Quando M.A. Zago, inclinado a radicalizar o processo de avaliação do corpo docente, deu início a um processo de reforma das normas internas e de reconfiguração da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), em 2016, a versão original da “nova CPA” previa, na composição da sua Comis-

são Plenária, a presença do coordenador da Auspin, ao lado de vice-reitor, de pró-reitores(as), dos(as) integrantes das câmaras de Avaliação Institucional (CAI) e de Atividades Docentes (CAD), da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA) e do presidente da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (Aucani). Posteriormente, a Auspin e a Aucani foram retiradas desse seleto rol. De qualquer modo, *la nave va*.

Em 2018, sob a gestão V. Agopyan-A. Hernandez, a Auspin esparrou-se e passou a assediar o corpo docente da universidade. Em matéria intitulada “Na universidade, culto ao ‘empreendedorismo’ e à ‘inovação’ esconde interesses privados”, publicada em julho daquele ano, o *Informativo Adusp* registrou o que estava acontecendo. Evidentemente, os participantes não se limitavam à Auspin ou às fenomenais *startups*. Havia e há outros *players*.

“É cada vez mais comum, para os membros da comunidade USP, deparar[em]-se com mensagens em sua caixa de *e-mail* institucional cujos títulos contenham as palavras ‘empreendedorismo’, ‘inovação’ e, principalmente, ‘Santander’. No mês de maio, por exemplo, a Agência USP de Inovação (Auspín), autora destes *e-mails*, convidou todos para as diversas palestras sobre *internet of things*, *design thinking*, *blockchain* e *fintechs* que compunham a ‘Semana IBM’”, relatou a publicação da *Adusp*.

“Eventos como esses são sediados na Arena Santander, espaço inaugurado em março de 2017 pelo então reitor M. A. Zago, seu vice e atual reitor Vahan Agopyan, o presidente do Santander no Brasil Sérgio Rial [...]. A



Na faixa, estudantes denunciam “Experiência HC”, programa da Fundação Faculdade de Medicina

Arena Santander tem oferecido, regularmente, palestras com títulos pitorescos, tais como ‘Empreendedorismo pelas lentes de Hollywood’ (14/6), ‘Como lidar com a procrastinação’ (19/6), ‘O que você pode fazer pela auto-estima?’ (26/6) e até ‘Empreendedorismo nas faculdades brasileiras: algumas ideias da Suíça’ (28/6)”, observou. “Segundo o *Jornal da USP*, a curadoria dos eventos ficou a cargo da Auspin, coordenada pelo professor Antonio Carlos Marques”.

A matéria do *Informativo Adusp* prosseguiu comentando a relação entre a USP e o banco espanhol, iniciada em 2001 e abordada em detalhes na edição 62 da *Revista Adusp*: “Os

reitores da USP sempre foram protagonistas neste inusitado relacionamento entre universidade pública e banco privado: em 2009 a reitora Suely Vilela foi garota-propaganda de um comercial do banco logo retirado do ar e em 2016 o reitor Zago presidiu a Rede Universitária Ibero-Americana de Incubação de Empresas (RedEmprendia), um dos braços da ‘Divisão Global Santander Universidades’”. Acrescentou que em 2018 o reitor Agopyan compareceu ao IV Encontro Internacional de Reitores Universia (iniciativa do Santander), na Espanha, onde participou do painel “Fomento e ativação do empreendedorismo universitário”.

Ainda em 2018, a Pró-Reitoria de Pesquisa e a Auspin anunciaram, no *Jornal da USP*, o projeto “USP+Empresas”, que abria a possibilidade de que “grandes empresas”, “startups e pequenas e médias empresas” e até mesmo “setores do governo” realizassem parcerias com a universidade, envolvendo transferência de conhecimentos para a iniciativa privada mediante a contrapartida de doações ou pagamento em dinheiro. A publicação incluía um guia institucional de seis páginas acompanhado por um curto vídeo, com o objetivo de orientar as interessadas. Segundo o vídeo, noventa contratos foram fir-

mados em 2017. “O ‘Guia de Colaboração USP+Empresas’ é, até agora, o material institucional que mais abertamente declara o interesse da gestão Vahan Agopyan-Antonio Hernandez em tornar a USP uma universidade voltada para ampla e intensa colaboração com a iniciativa privada”, anotou à época o *Informativo Adusp*.

Em maio de 2019, a Reitoria publicou no *Diário Oficial do Estado* duas medidas que facilitaram maior interação entre capitais privados e a USP, porque permitem tanto o “compartilhamento” de laboratórios, equipamentos e materiais com empresas privadas (Resolução 7.661), como o afastamento de docentes e de funcionários técnico-administrativos “para colaborar com empresa de base tecnológica ou para constituir empresa dessa espécie” (Portaria GR 7.389). As medidas derivaram do chamado “Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação” e do decreto estadual 62.817/2017, que permitem uma apropriação sem precedentes, pelo setor privado, do patrimônio público e do conhecimento produzido por instituições públicas de pesquisa (federais e estaduais).

A Auspin, por seu turno, persistiu numa trajetória mais pautada pelo ramerrame do empreendedorismo do que por um esforço acadêmico para verdadeiramente liderar e estimular “inovações” de cunho científico ou tecnológico. Em 2019, por seu intermédio, a USP decidiu participar da “Semana Global de Empreendedorismo” (SGE), uma iniciativa de cunho privado descrita como “um movimento mundial iniciado em

2007 com o objetivo de fortalecer e disseminar a cultura empreendedora, conectando, capacitando e inspirando pessoas”. Levado a cabo na Cidade Universitária do Butantã, o evento contou com a participação da Auspin, que se deu “de maneira totalmente acrítica, para não dizer antiacadêmica”, como apontou o *Informativo Adusp*.

Uma das palestras da SGE, a cargo de docente da Escola Politécnica, teve como título “Transforme seu TCC em uma *startup*”, o que suscitou alguns questionamentos. “Quais serão as implicações práticas, acadêmicas e éticas de uma recomendação desse tipo aos estudantes que estão concluindo a sua graduação? Eles serão prevenidos, por exemplo, de que 70% das *startups* criadas têm vida efêmera?”, indagou o *Informativo Adusp*.

A Resolução 8.152/2021 (“Política de Inovação”) dispõe que “a inovação e o empreendedorismo são partes fundamentais e indissociáveis dos processos de ensino, pesquisa e extensão universitária”, axioma que constitui uma das aberrações aprovadas pelo Conselho Universitário

Muito bem. Ao final de sua gestão, o reitor Agopyan decidiu colocar em votação e conseguiu aprovar, na reunião de novembro de 2021 do

Conselho Universitário, uma resolução sobre “Política de Inovação” proposta pela Auspin — agora sob a coordenação de Luís Henrique Catalani, do Instituto de Química. A Resolução 8.152/2021, todavia, quase nada fala de inovação que vá além de frases de efeito. No item 2 da Política de Inovação, “Valores”, a inovação é definida como “o processo que parte de uma ideia e termina com impacto na sociedade, seja ele social, cultural, ambiental ou econômico” (subitem 2.1), síntese que deixa muito por explicar. Logo a seguir, porém, tem-se que “a inovação e o empreendedorismo são partes fundamentais e indissociáveis dos processos de ensino, pesquisa e extensão universitária” (subitem 2.2), axioma que constitui uma das diversas aberrações aprovadas naquele momento pelo Conselho Universitário e que constitui uma clara agressão ao conceito de universidade pública expresso no tripé “ensino, pesquisa, extensão”, este sim tido como indissociável.

A proposta original da Auspin era tão teratológica que até a Procuradoria Geral da USP, normalmente dócil aos desígnios privatistas da Reitoria, insurgiu-se e solicitou diversas alterações de mérito, apontando ilegalidades. Mesmo assim, a versão depurada que chegou ao Conselho Universitário e foi aprovada determina que a USP “publicará regulamentação específica e planejamento de curto, médio e longo prazos, com objetivos, metas e ações para: 1) a gestão do Núcleo de Inovação Tecnológica; 2) a gestão da propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e do empreendedorismo; 3) a orientação das ações insti-

tucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual; 4) a estratégia de atuação institucional no ambiente produtivo local, regional, nacional e internacional; 5) o empreendedorismo, por meio da gestão de incubadoras e da participação no capital social de empresas que explorem Propriedade Intelectual da Universidade; [...] 7) o compartilhamento e a permissão de uso por terceiros de seus laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual; 8) o estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de tecnologias com inventores independentes, empresas e outras instituições; 9) a participação, a remuneração, o afastamento e a licença de servidor ou empregado público nas atividades decorrentes da inovação e empreendedorismo” [...].

Certamente para atender ao parecer da Procuradoria Geral, a futura regulamentação deverá levar em conta igualmente “a gestão de conflitos de interesses nas relações da USP com empresas nascentes que tenham como sócios cotistas pessoas com vínculo com a USP (docentes, servidores técnico-administrativos, discentes ou pós-doutorandos)”, o que vem a ser um contraponto saudável numa norma interna que beira a insanidade.

Decorridos três anos da aprovação da matéria pelo Conselho Universitário, não há sinal de tal regulamentação (a qual, aliás, segundo a Resolução 8.152/2021 deverá ser formulada pela própria Auspin). Por outro lado, antes da votação realiza-

da naquele colegiado não houve na comunidade universitária qualquer debate preparatório, de natureza institucional, sobre a proposta de “Política de Inovação” ou sobre questões correlatas. Na reunião de novembro de 2021, embora alguns participantes tenham manifestado fortes objeções à proposta da Auspin, o reitor ignorou pedido assinado por 23 conselheiros para retirá-la de pauta — e colocou-a em votação sem permitir a apresentação de destaques.

“O caráter orientador e totalizante do que se compreende por inovação e empreendedorismo avança no tripé ensino, pesquisa e extensão”, declarou na ocasião Marcos Neira, então diretor da Faculdade de Educação (e hoje pró-reitor adjunto de Graduação), para quem “o item ‘Criação de Empresas’ praticamente re-desenha a missão da universidade”. Adrián Fanjul, então representante da Congregação da FFLCH (e hoje diretor dessa unidade), externou que o texto, além de desnecessário, “conflita com a regulamentação interna sobre avaliação institucional e docente”, uma vez que o planejamento da Política de Inovação “deve contemplar as ações e métricas de avaliação” (artigo 2º, §2º, “a”) e, ainda, recomenda-se “que as atividades de inovação e empreendedorismo sejam valorizadas quando das avaliações para a progressão da carreira de docentes e servidores técnicos e administrativos” (Anexo, subitem 3.1.2).

Não resta dúvida de que a Resolução 8.152/2021 é um duríssimo golpe na concepção de universidade “pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada”. Vejamos por exemplo o item 3 do Anexo, “Dire-

trizes”, cujo subitem 3.1.7 determina que “a USP pode utilizar seus ativos, tais como: infraestrutura, capital intelectual, Propriedade Intelectual, registrável ou não, como: I – investimento direto; II – compra de opções de participação; ou III – mútuo conversível, em empresas que explorem suas tecnologias, sendo preferencialmente adotada uma das duas últimas opções (II e III), sempre com participação societária minoritária”. O subitem 3.3.3 reza que é “recomendável o fomento ao empreendedorismo, com a previsão de criação de empresas nascentes (*spin-offs*), quando da elaboração dos projetos de pesquisa”.

A questão é retomada em detalhes no subitem 3.5, “Criação de Empresas”. Ali afirma-se o seguinte: “É prioridade da USP fomentar e incentivar a criação de empresas nascentes (*spin-offs*) com base nos resultados de suas pesquisas e trabalhos de discentes (3.5.1)”; “a USP incentivará a participação de seus discentes, docentes e servidores técnicos e administrativos no capital social de empresas nascentes que explorem tecnologias resultantes de suas pesquisas, observada a legislação em vigor (3.5.2)”; “a USP, e/ou suas unidades, podem constituir ou participar de fundos de investimento que invistam em empresas que explorem suas tecnologias, observada a legislação em vigor” (3.5.5).

Igualmente assustador é o teor do subitem 3.2, “Ensino”: “É recomendável que a inovação e o empreendedorismo permeiem as disciplinas do currículo acadêmico, atividades extracurriculares e projetos de discentes, tanto na graduação como na

pós-graduação”; “é recomendável que os estudantes de cada curso tenham acesso a disciplinas específicas sobre inovação e empreendedorismo”; “nos projetos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mestrado, doutorado e pós-doutorado, aspectos de empreendedorismo e inovação devem ser valorizados”.

A USP liberou para empresas “de base tecnológica” parte do câmpus de Ribeirão Preto, em lotes de até 4 mil m² nos quais elas poderão instalar unidades de P&D ou até “plantas de produção”, e comercializar “produtos, insumos e processos”, por meio de contratos de vinte anos de duração e pagando apenas uma taxa mensal

No afã de difundir o empreendedorismo entre estudantes, em sintonia com o subitem “Ensino” da “Política de Inovação”, a Auspin passou a divulgar uma relação de mais de 150 “disciplinas empreendedoras”, denominação totalmente imprópria, só compatível com o dialeto empregado pela alta burocracia da USP. Em e-mail enviado em janeiro de 2023 ao corpo discente, a Auspin divulgou links de acesso a uma “lista de disciplinas empreendedoras USP [sic] para graduação e pós-graduação”, a

saber: “disciplinas de empreendedorismo intensamente multidisciplinares [sic!], uma ótima oportunidade para desenvolver suas habilidades e criar iniciativas inovadoras de caráter prático, com impacto social e econômico”.

Logo em seguida à aprovação da Resolução 8.152/2021, a Pró-Reitoria de Pesquisa da USP passou a chamar-se Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) e conta, agora, com dois cargos de pró-reitor(a) adjunto(a), um de Pesquisa e outro de Inovação. É difícil aquilatar se essas mudanças trouxeram, ou não, consequências práticas. Mas outras novidades no âmbito institucional, ocorridas já na gestão reitoral Carlotti Jr.-Maria Arminda, iniciada em 2022, merecem ser mencionadas. Por delegação da Reitoria, a Superintendência de Gestão Ambiental (SGA), que é órgão executivo e não uma unidade de ensino ou de pesquisa, ofereceu 28 bolsas de pós-doutorado, vinculadas ao “Programa USP Sustentabilidade”. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), outro órgão de caráter administrativo, passou a oferecer disciplinas, entre as quais uma intitulada “Formação de Cientista Empreendedor”.

Neste cenário de “vale tudo” institucional, outro componente digno de nota é a formação de “condomínios” e “distritos” de inovação. No câmpus de Ribeirão Preto, a gestão Agopyan-Hernandes criou o “Condomínio da Inovação do Supera Parque”, projeto resultante de uma parceria com a respectiva prefeitura municipal e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do governo estadual, dentro do câmpus da USP. É uma modalidade de parque

tecnológico e distrito industrial promovida diretamente pela universidade, que cede às empresas interessadas, por até quarenta anos, glebas do câmpus para a instalação de cadeias de produção que se pretende sejam virtuosas, do ponto de vista tecnológico, pela mera proximidade física com as unidades de pesquisa da USP!

Quem duvidar pode consultar matéria publicada em 26 de setembro de 2022 no *Jornal da USP*, órgão oficial da Reitoria, sob o título “Condomínio de inovação na USP em Ribeirão Preto inscreve novas empresas”, complementado pela linha fina “Empresas de caráter inovador e de base tecnológica devem passar por processo de concorrência e, se aprovadas, terão a concessão de lotes por 20 anos mediante uma taxa mensal”. Dalton Marques, gerente de Desenvolvimento Econômico do Supera Parque, declarou ao *Jornal da USP* que a “proximidade de empresas com o ambiente universitário possibilita a criação de um ecossistema de inovação e tecnologia sempre atual”; “estar perto desses ambientes facilita a transferência de conhecimento”; “uma das vantagens encontradas pelas empresas que se instalarem no local é, justamente, a proximidade com a universidade, o que contribui para uma maior interação entre a academia e o meio empresarial [...]”.

O texto da publicação oficial da Reitoria informa que foram colocados à disposição de “médias e grandes empresas de base tecnológica”, por meio de contratos de concessão de vinte anos prorrogáveis por igual período, nada menos que 160 lotes de até 4 mil m² nos quais se poderá

instalar unidades de pesquisa e desenvolvimento, ou até mesmo “plantas de produção”, sendo possível comercializar “produtos, insumos e processos”. As empresas têm de pagar apenas uma taxa mensal pelo uso dos lotes. Um detalhe significativo: quem assina os contratos, em nome da USP, é a Auspin.

Fuppeceu - recolhimento anual (R\$)	
2020	14.956.412,93
2021	15.882.279,89
2022	21.159.425,29
2023	25.713.850,44
2024*	19.630.122,14

Fonte: Codage

*até outubro

O relatório de 2023 indica que o Supera Parque fechou o ano com 78 empresas participantes, com faturamento total de R\$ 46 milhões e geração de 553 postos de trabalho. No entanto, essas 78 empresas dividem-se entre “incubadora”, “centro de negócios” e “loteamento”. Apesar das vantagens oferecidas às empresas, o “loteamento” que acima explicamos não consegue, ao que parece, atrair um número expressivo de interessadas. “Em agosto [de 2023], foi inaugurada a sede da Lychnoflora, primeira empresa a operar nos lotes do Supera Parque”, registra o relatório. Outras quatro empresas já haviam assinado contratos para ocupação de lotes, com previsão de iniciarem a construção de unidades próprias em 2024. “São cinco os lotes do Condomínio da Inovação do Supera Parque contratados por empresas, totalizando mais de 11 mil m² de área cedida em terrenos” (p. 2 e 4).



Tão rentável é a indústria dos cursos pagos que atraiu até mesmo a atenção de uma entidade privada “de apoio” cujo foco principal sempre foram os bilionários contratos de gestão na área da saúde pública: Fundação Faculdade de Medicina (FFM), que gere o Hospital das Clínicas

A indústria dos cursos pagos permanece em expansão na USP. Depois de um breve período de redução nos anos da pandemia, os montantes de arrecadação dessa modalidade de atividade remunerada voltaram a crescer. É o que mostra a evolução dos valores recolhidos pelo Fundo Único de Promoção à Pesquisa, à Educação, à Cultura e à Extensão Universitária (Fuppeceu), administrado pela Coordenadoria de Administração Geral da USP (Codage). O Fuppeceu retém 5% da receita gerada pelos cursos pagos e por atividades externas de assessoria que envolvam, em ambos os casos, convênios e contratos firmados com a USP. Esses 5% da receita de cada atividade remunerada são a parte que cabe à Reitoria na chamada “taxa de promoção da pesquisa, inovação, ensino, cultura e extensão”. Isso porque, do valor arrecadado de cada atividade, 50% serão destinados

às unidades e 50% à Reitoria. Como a taxa é “calculada à razão mínima de 10%” no caso de cursos pagos, e é de “10%” no caso de assessorias, depreende-se que a quase totalidade dos projetos realizados recolha tão somente 10% à USP — e, portanto, 5% à Reitoria (Fuppeceu).

Por outro lado, não existe fiscalização. A Fundação USP (FUSP), por exemplo, que é uma entidade privada muito próxima da Reitoria (o reitor preside seu conselho curador), informou nas suas demonstrações contábeis de 2023 ter recolhido, na alínea “Contribuições e taxas às unidades e departamentos da USP”, a quantia de R\$ 5,553 milhões. Se esse valor efetivamente corresponder a 5% do montante total de receitas auferidas por projetos remunerados de docentes “encaminhados” pela FUSP, teremos que esse total é da ordem de R\$ 111 milhões, em números redondos. De qualquer modo, as demonstrações contábeis da FUSP de 2023 deveriam apontar igualmente o devido recolhimento de taxas para a Reitoria (Fuppeceu), porém isso não veio a ocorrer.

Os números do Fuppeceu, guardados a sete chaves pela Reitoria e só obtidos pela *Revista Adusp* por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), informam a escala grandiosa da remuneração adicional de docentes da USP que atuam em cursos pagos e projetos de assessoria: **total de R\$ 514 milhões apenas em 2023**, dos quais R\$ 25,7 milhões foram recolhidos ao Fuppeceu. Em meros cinco anos, de 2020 a outubro de 2024, **esse generoso mercado parece ter rendido a espantosa quantia de R\$ 1,94 bilhão.**

A partir das cifras recolhidas pelo Fuppeceu nos últimos cinco anos, encontramos os seguintes valores para a receita total gerada por atividades remuneradas oferecidas por intermédio de fundações privadas ditas “de apoio” e por organizações similares: 2020, R\$ 299,128 milhões; 2021, R\$ 317,645 milhões; 2022, R\$ 423,188 milhões; 2023, R\$ 514,277 milhões; 2024, até outubro, R\$ 392,602 milhões. São montantes muito expressivos, que explicam o poder adquirido por certos grupos de docentes, por certas unidades da USP e por certas entidades privadas que dizem “apoiar” a universidade, mas que na verdade usam seu prestígio e sua marca — literalmente inclusive — para favorecer seus próprios interesses.

Porém, atenção: esses valores certamente são inferiores aos montantes reais, seja porque a Resolução 7.905/2019, que regulamenta o recolhimento, permite diversas isenções, seja porque há atividades remuneradas que ignoram as normas já por si bastante amigáveis (a começar do percentual de 10%), seja porque algumas fundações privadas optaram por não celebrar convênios com a USP.

Tão rentável é a indústria dos cursos pagos que atraiu até mesmo a atenção de uma fundação privada “de apoio” cujo foco principal sempre foram os bilionários contratos de gestão na área da saúde pública: a Fundação Faculdade de Medicina (FFM), que controla o Hospital das Clínicas e diversos outros equipamentos hospitalares do estado de São Paulo. Em 2010, no entanto, a FFM decidiu ingressar no próspero mercado dos cursos pagos, criando uma estrutura denominada “Escola

de Educação Permanente”, com site próprio, cuja finalidade seria oferecer cursos pagos, entre os quais os chamados “MBA” na modalidade ensino a distância (EAD). Em 2024, passou a chamar-se “HCX”, apresentada como “a evolução da Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo”, amparada “nas inúmeras conquistas e no legado de mais de 14 anos de história”.

Um de seus programas mais audaciosos, do ponto de vista institucional, intitula-se “Experiência HCFMUSP na Prática”, “100% presencial”, que promete a estudantes de medicina de faculdades privadas — quartanistas, quintanistas e sextanistas — uma “imersão no maior complexo hospitalar da América Latina”, por módicos R\$ 8.450 em doze parcelas de R\$ 704,17!

Estimativa de tamanho dos negócios privados na USP (em milhões de R\$)*

2020	2021	2022	2023	2024**	Total
299	317	423	514	392	1.945

* com base nas taxas recolhidas pelo Fuppeceu

** até outubro

Ao contrário do que poderia supor um observador ingênuo, o objetivo do “programa” não é remunerar os docentes envolvidos. Nada disso. Como explica judiciosamente o site do HCX, é, isso sim, “levar o conhecimento prático e técnico-científico que permeia o Hospital das Clínicas da FMUSP para estudantes de todo o Brasil do 4º, 5º e 6º ano de graduação em Medicina”.

Mais ainda: “Nesta imersão, você escolhe até 3 disciplinas e tem a oportunidade de acompanhar a rotina do seus departamentos no maior complexo hospitalar da América e ainda realizar algumas práticas médicas sob supervisão”.

Em suma, trata-se de oferecer a estudantes de instituições privadas, mediante “investimento”, acesso privilegiado a instalações e rotinas de trabalho do HC. Uma iniciativa pensada sob medida para a contratação de “pacotes” com instituições privadas de ensino superior que oferecem cursos de medicina mas não dispõem de hospitais próprios. O citado observador ingênuo poderia perguntar se essa comercialização de espaços do HC por docentes da própria USP não traz problemas aos alunos regulares da Faculdade de Medicina. A resposta do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC) é “sim, traz!”. O fim desse aberrante “programa” do HCX foi uma das principais reivindicações da greve que os estudantes da Faculdade de Medicina realizaram em março de 2024.

A Fundação Faculdade de Medicina (privada) vai bem. Seu superávit líquido em 2023 é de R\$ 34 milhões, ao passo que o superávit líquido acumulado é de R\$ 339 milhões. Em finais de 2023 a FFM possuía R\$ 1 bilhão em aplicações

Vale a pena reproduzir o que disse, sobre o “Experiência HCFMUSP na Prática”, a carta de reivindicações formulada pelo CAOC. “O Experiência HC, além dos problemas práticos que já demonstra quanto à competição entre acadêmicos da FMUSP e alunos externos por atividades e procedimentos, representa um programa de mercantilização e privatização do ensino e do espaço público. Cobrar valores exorbitantes de pessoas abastadas para complementar sua educação num espaço que é mantido por investimento estatal abre prerrogativas para uma cada vez maior privatização de faculdades e universidades públicas” (destaques adicionados), adverte.

“Se a gestão dos recursos públicos da faculdade se mantiver dentro destas diretrizes, à nossa frente está o que ocorreu com o ensino fundamental e médio no país: o sucateamento do ensino superior — que este programa já está causando em nosso internato. Reivindicamos o fim do programa com a garantia de que isso não comprometa as bolsas de permanência (Bolsa Afinal), para que alunos em vulnerabilidade social não paguem o preço pelo descomprometimento com o ensino público de qualidade”, continua o texto do CAOC.

“Além disso, dado que a diretoria da FMUSP utiliza um *suposto balanço fiscal negativo da Fundação Faculdade de Medicina (FMM) como subterfúgio para a existência do programa*”, prossegue a carta dos discentes, “exigimos transparência orçamentária com relação a (I) o direcionamento da verba arrecadada com o programa até agora e (II) a verdadeira ne-

cessidade dele para a continuidade do pagamento de preceptores e políticas de permanência estudantil, considerando que enquanto a FFM, cuja declarada proposta é o suporte ao complexo HCFMUSP, *alega ser uma organização sem fins lucrativos*, seu próprio portal apresenta lucros líquidos divulgados que circundam a casa das centenas de milhares de reais” (destaques adicionados).

Está corretíssimo o CAOC, exceto por um detalhe. Na realidade, o superávit líquido da FFM no exercício de 2023 é de R\$ 34 milhões, enquanto o superávit líquido acumulado é da ordem de R\$ 339 milhões. Esses dados constam das “Demonstrações Contábeis” da fundação privada, disponíveis no site da entidade e também publicadas no *Diário Oficial do Estado* de 11 de abril de 2024. Outro dado importante são as aplicações financeiras da FFM, cujo saldo em dezembro de 2023 era de singelos R\$ 1 bilhão e 5 milhões, em números redondos.

A escandalosa invasão do curso de medicina da Faculdade de Medicina por interesses privados materializada no “Experiência HC” é apenas um novo avanço do processo de privatização do Hospital das Clínicas, inaugurado décadas atrás pela FFM, que passou a atender pacientes de convênios privados de saúde, em detrimento dos pacientes do SUS. Idêntico processo de privatização via “dupla porta” foi implantado no Instituto do Coração (InCor), por meio da Fundação Zerbini, e no HC da USP de Ribeirão Preto, por meio da Faepa. Uma etapa importante desses processos, que deu total liberdade a essas fundações privadas autodecla-

radas “de apoio”, foi a autarquização do HC, em 2011, e posteriormente a do HC de Ribeirão Preto.

O reitor Carlos Gilberto Carlotti Jr., que era docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) e foi presidente da Faepa (2013-2016), recentemente transferiu-se para a Faculdade de Medicina (FM). Da Reitoria comandada pelo novo docente da FM não se soube de qualquer orientação, ou sequer recomendação, contrária ao “Experiência HC”.

Entre 2015 e 2023, ocorreu uma verdadeira disparada no número de cursos pagos online ofertados pela Esalq, de 22 para 114, e principalmente na quantidade de alunos, que cresceu de 1.586 para 117.275 nesse período. A receita de um curso com 2.250 vagas pagantes pode chegar a R\$ 19 milhões ao longo de 2 anos

Outra unidade de ensino onde ocorreu forte crescimento na oferta de cursos pagos, especialmente na modalidade a distância, é a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a conhecida Esalq de Piracicaba. “‘Indústria’ de cursos pagos nas unidades da USP multiplica lucros com a modalidade MBA a distância, na contramão de princípios da universidade pública”, noticiou em 2020 o *Informativo Adusp Onli-*



Meneghini (RCGI), Carlotti Jr., ministra M. Adriaansens e Sebregts (Shell) celebram acordo na Holanda

ne. A reportagem destacou diversos cursos pagos da Esalq, entre os quais o “MBA em Gestão de Projetos”, online, “que abriu 2.250 vagas pagantes, com dois anos de duração, e pode ter receita final superior a R\$ 19 milhões”.

A expansão da oferta de cursos online na Esalq e demais unidades é contabilizada pelo *Anuário Estatístico da USP*, que entende cursos pagos como “extensão” e portanto não discrimina entre cursos pagos e gratuitos. Conforme a tabela “Evolução dos Cursos de Extensão a distância ministrados pelas Unidades da USP”, a unidade ofereceu 22 cursos do tipo em 2015; 29 em 2016; 32 em 2017; e 34 em 2018. O número de alunos (que o *Anuário Estatístico* designa como “participantes”) decuplicou em apenas

quatro anos: passou de 1.586 em 2015 para 6.319 em 2016, e 11.687 em 2017, chegando a 15.147 em 2018.

Esses eram os dados disponíveis no momento em que foi publicada a reportagem em questão. Nos anos seguintes, no entanto, registraram-se novos e impressionantes saltos tanto na quantidade de cursos pagos como no número de “participantes”, que são alunos e alunas pagantes, demonstrando-se dessa maneira que um grupo de docentes da Esalq, contando com a anuência da direção da escola e da Reitoria, mobiliza-se cada vez mais, nos últimos anos, em torno de uma atividade que é profundamente antagônica ao caráter público que a USP deveria ter.

O número de cursos pagos online oferecidos pela Esalq continuou su-

bindo em ritmo galopante, passando a 39 em 2019, 49 em 2020, 87 em 2021, 98 em 2022 e 114 em 2023. Já o número de alunos cresceu para 24.026 em 2019; 34.929 em 2020; 63.303 em 2021; 92.760 em 2022; e estrondosos 117.275 em 2023. Na tabela citada, nenhuma outra unidade se aproxima desses números: os alunos de cursos a distância da FFLCH e do Instituto de Relações Internacionais (IRI) somam 14 mil cada um, em números redondos, e as demais unidades apresentam cifras bem menores. Em 2023 a Esalq respondeu, sozinha, por 63% do total de 185.684 “participantes” de cursos online da USP. (Por algum motivo, os cursos pagos oferecidos por docentes da Faculdade de Medicina não vêm sendo computados corretamente no *Anuário Estatístico*).

Uma parcela expressiva desses cursos da Esalq é oferecida na Internet como “Pós-graduação *lato sensu* da USP”, ou “MBA USP Esalq”, por uma organização que se denomina “Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas” (Pecege), constituída por docentes daquela unidade. “Na verdade, Pecege é o ‘nome fantasia’ criado para agrupar os cursos oferecidos pelo Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq, conhecido pela sigla LES”, diz a reportagem do *Informativo Adusp Online*. A trajetória assaz peculiar desse departamento, ou de sua ala preponderante, revela o alarmante grau de corrosão do caráter público da USP.

Retomando uma discussão iniciada seis anos antes, em 2019 a ala de docentes do LES engajada nos cursos remunerados propôs, em documento apresentado por uma comissão assessora da Congregação da Esalq, que o departamento se tornasse uma nova unidade de ensino, portanto separando-se da Esalq. Alegou que o LES vinha exibindo “crescimento vertical e horizontal”; frisou que em maio de 2019 “havia em andamento 56 turmas de MBA com um total de 13.884 alunos matriculados”; e arrematou que os docentes do departamento “captaram recursos extraordinários de R\$ 42 milhões em 2017, o equivalente a cerca de metade do total arrecadado na Esalq”. Maior clareza, impossível.

Contudo, a “Proposta Consolidada de Criação de Nova Unidade” apresentada pela comissão assessora reivindicava, igualmente, que a escola surgida da divisão da Esalq — ou melhor: da conversão do LES em

uma unidade — se chamasse “Escola de Economia, Administração e Sociologia Luiz de Queiroz”. A separação, portanto, daria total liberdade ao LES, mas não retiraria dele a preciosa marca “Luiz de Queiroz”. Admirável perspicácia. Porém, a proposta não vingou.

Cabe lembrar a existência de laços entre o Pecege e a fundação privada Fealq, também ela criada por docentes do LES. A Fealq é citada elogiosamente na “Proposta Consolidada de Criação de Nova Unidade”, por, alegadamente, proporcionar “forte estímulo à pesquisa, extensão e formação de recursos humanos aos departamentos da Esalq”. Tal referência causa estranheza, assinalou o *Informativo Adusp Online*, porque “a criação de uma fundação privada dita ‘de apoio’, voltada essencialmente à formulação de projetos de captação de recursos com finalidades de apropriação privada, é apresentada como um fato relevante de natureza acadêmica, dando a entender, adicionalmente, que o sucesso da Esalq está relacionado à atuação desse ente privado (Fealq)”.

O discurso de autolegitimação das fundações privadas ditas “de apoio” encontra-se atualmente desgastado, pois os elementos concretos da sua atuação causam ruído aqui e ali, graças à absoluta falta de transparência ou por evidências de favorecimento, decorrentes da reiterada prática de contratos sem licitação com o governo estadual e prefeituras. Como aqueles celebrados entre a Prefeitura de São Paulo e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE),

mantida por docentes da Escola Politécnica da USP. Em março de 2024, a 6ª Vara da Fazenda Pública condenou a FDTE, contratada sem licitação por R\$ 3,5 milhões para revisar o Plano Diretor Estratégico, a devolver à capital paulista os R\$ 545 mil que já havia recebido. Mas sabe-se de outros contratos sem licitação com a gestão municipal, firmados no período 2018-2021, que devem ter propiciado à FDTE receita de quase R\$ 22 milhões.

A FIPE é outra entidade privada frequentemente brindada com esse tipo de contrato. Em junho de 2023, por exemplo, ela foi contratada sem licitação pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos)-Felício Ramuth (PSD) para prestar “serviços técnicos especializados de consultoria para apoio na estruturação dos projetos de parceria da PPP Campos Elíseos (Centro Administrativo do Governo do Estado de São Paulo) e dos Serviços Públicos de Loteria”, pela expressiva quantia de R\$ 18,9 milhões.

O órgão público contratante da fundação privada é a Companhia Paulista de Parcerias (CPP), vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos do governo estadual. “A contratação da FIPE faz pensar qual é a real utilidade da CPP, uma vez que ela necessita de ‘apoio’ de um ente privado para elaborar os projetos de Parceria Público-Privada, ou PPP, que são a sua finalidade declarada enquanto órgão público”, destacou o *Informativo Adusp Online* em reportagem publicada em maio de 2024.

Por tudo que se vê, não há mais fronteiras capazes de embaraçar se-

INOVAÇÃO EMPRESARIAL E INOVACIONISMO

Nas instâncias oficiais da USP, que decidem a política da instituição, o debate sobre inovação tem sido indigente do ponto de vista científico. Predomina a visão marqueteira e positivista, que por um lado parece conceber a inovação como uma dimensão dotada de inteira autonomia em relação ao processo de produção de conhecimento (daí a necessidade de criar aparatos institucionais especializados a ela dedicados), e por outro lado entende como algo indissociável do “empreendedorismo”, o que chega a ser deprimente.

Raras vozes fazem o contraponto ao *mainstream*. Seu principal crítico é o professor aposentado Marcos Barbosa de Oliveira, da Faculdade de Educação. Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da FFLCH, Oliveira foi vice-coordenador do Grupo de Trabalho “Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia”, do Instituto de Estudos Avançados (IEA). Também integrou a Comissão Editorial da *Revista Adusp*, onde publicou artigos e traduções.

No livro *A mercantilização da ciência – funções, disfunções e alternativas* (Scientiae Studia, 2023), Oliveira retoma suas críticas ao “inovacionismo”, que ele define como “o movimento que postula a produção de inovações como a função primordial da pesquisa científica, entendendo por ‘inovação’ as invenções rentáveis, que podem ser implementadas por empresas, contribuindo para a



Marcos Oliveira

Leonor Calasans/IEA

maximização de seus lucros a curto ou médio prazo”.

O professor considera que o “inovacionismo”, que aportou no Brasil há vinte anos, é um “indiscutível fracasso”, pois “apesar de todas as medidas inovacionistas levadas a cabo, o nível de produção de inovações no país na melhor das hipóteses encontra-se estagnado ou, na hipótese mais realista, tem decaído”. A seu ver as causas desse fracasso não residem em

eventuais deficiências da legislação, “ou numa suposta falta de ‘cultura da inovação’ entre empresários e acadêmicos”, mas em fatores estruturais: “essencialmente o papel de exportador de *commodities* desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho”.

Oliveira avalia que o inovacionismo “é uma das facetas do processo de ascensão e hegemonização do neoliberalismo, entendido como a fase do capitalismo em que se fortalecem as características desse sistema, em particular a tese da excelência do mercado como forma de organização da vida econômica e social nas sociedades contemporâneas”. Ao postular a produção de inovações empresariais como objetivo primordial da pesquisa, “o inovacionismo coloca a definição de seus rumos nas mãos do mercado, na qualidade de instância que determina o que é e o que não é rentável”, e essa é, exatamente, “uma das dimensões do processo de mercantilização da ciência”.

riamente a privatização endógena da USP ou seu crescente envolvimento com capitais privados nacionais e externos. O lance mais recente do reitor Carlotti Jr. foi a criação, em Amsterdã, de um “escritório” do Centro de Pesquisa e Inovação

em Gases de Efeito Estufa (Research Centre for Greenhouse Gas Innovation, ou RCGI). O escritório é fruto de parceria da universidade com a Shell, formalizada em fevereiro de 2024 na capital da Holanda, em cerimônia que contou com a presença

de Micky Adriaansens, ministra da Economia e Política Climática da Holanda; de Julio Meneghini, diretor executivo e científico do RCGI; de Yuri Sebregts, vice-presidente executivo de Tecnologia do Grupo Shell; e do próprio Carlotti Jr.

O RCGI, que existia desde 2014 como um centro de pesquisas em engenharia (CPE) vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), foi oficialmente “criado” na reunião de novembro de 2023 do Conselho Universitário, na condição de centro diretamente vinculado ao Gabinete do Reitor, como outros cinco “centros de estudos” criados em 2023. Mas o projeto aprovado em novembro não faz qualquer menção nem à parceria com a Shell (que, no entanto, sempre foi a principal financiadora do CPE-Fapesp), nem à abertura de um escritório do RCGI na Holanda.

Em maio de 2021, o Tribunal Distrital de Haia acatou ação judicial proposta por grupos ambientalistas e ordenou que a Shell reduza suas emissões de CO₂ em 45% até 2030, em relação a 2019, tanto em suas próprias operações como em emissões pelo uso do petróleo que produz.

A USP nunca se preocupou com questões desse tipo no seu relacionamento com grandes empresas. Prevalece uma espécie de deslumbramento, visível por exemplo na “parceria” com a gigante Bayer, anunciada em março de 2023. Na ocasião, a PRPG encaminhou e-mail ao corpo docente e pós-graduandos(as) da universidade sobre a realização do evento denominado “USP Day na Bayer”, que se realizou em maio seguinte na sede da multinacional alemã em São Paulo.

O pró-reitor de Pós-Graduação, Márcio Castro de Silva Filho, e o pró-reitor adjunto, Niels Olsen Saraiva Câmara, exortaram o corpo docente e o corpo discente a participarem da “integração USP-Bayer”, de modo a “estreitar laços entre a academia e o setor produtivo” etcétera. Mas a mensagem foi além.

Havia um convite específico para “alunas(os) e supervisoras(es) que tenham interesse em apresentar ideias de projetos em andamento” nas seguintes áreas: “Field Solutions”, “Regulatory Sciences”, “Farma”, “Biotech” e “Ciências de Dados”; a finalidade era preencher vinte vagas em “times” compostos por docentes e discentes; apostava-se em “ideias que possam resultar em colaborações futuras com a empresa”. Assim, na verdade o “USP Day na Bayer” destinava-se a recrutar força de trabalho, em formato desenhado pela multinacional, ao invés de representar uma “parceria” com a universidade.

Ademais, como salientou à época o *Informativo Adusp Online*, a PRPG enveredou pelo *marketing* puro e simples: “A Bayer, cuja missão é ‘Bayer: ciência para uma vida melhor’, busca, nesta parceria, a diversidade de pensamento na resolução e entrega das demandas de seus clientes”. Admirável, cabendo perguntar se a mensagem foi realmente redigida pela USP ou se foi elaborada por consultores da multinacional alemã.

Além de tradicional produtora de fármacos, a Bayer investe no agronegócio, industrializando agrotóxicos e sementes transgênicas. O Brasil é seu segundo maior mercado internacional, logo atrás dos EUA. Em 2018, a Bayer comprou a Monsanto por US\$ 63 bilhões e passou a responder pelo passivo judicial dessa empresa nos EUA, relacionado ao uso do glifosato no herbicida “Roundup” e à sua associação com o linfoma não-Hodgkin. A Bayer se dispôs a desembolsar US\$ 10 bilhões com acordos judiciais para encerrar 95 mil processos, mas não abriu mão de continuar comercializando o “Roundup” e recusava-se a colocar rótulos de advertência nas embalagens. O que a instituição USP tem a dizer a respeito de tais problemas? Nada, pelo visto.

Reproduziremos, nas páginas seguintes, cinco reportagens publicadas pelo *Informativo Adusp Online* nos últimos três anos. Nelas são detalhados alguns tópicos abordados de forma resumida na presente matéria. Sua leitura, acreditamos, poderá acrescentar novas informações e complementar a visão panorâmica que buscamos traçar. Não há dúvida de que a USP encontra-se na atualidade fortemente enlaçada e enredada com as forças de mercado, com o capital privado, das mais diversas maneiras. Isso tende a impactar, cada vez mais negativamente, a sua natureza de universidade pública, que por ora ainda resiste com bravura às investidas do “empreendedorismo” e do “inovacionismo”.

Nota

1. Jornalista, editor da *Revista Adusp*.
2. Jornalista.